

## **ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

### **1. DO OBJETO**

O presente estudo técnico preliminar (ETP) tem como objeto a análise da viabilidade para registro de preços para futura e eventual **AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS ESPORTIVOS LÚDICOS DE CONDICIONAMENTO FÍSICO INFANTIL**, conforme especificações técnicas detalhadas no Termo de Referência, para atendimento às demandas dos municípios que compõem a ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ – AMESP.

Com isso, o Consórcio AMESP visa atender às necessidades de diversos Entes Consorciados, promovendo a padronização e modernização dos ambientes educacionais.

### **2. DA INTRODUÇÃO**

Este estudo constitui a primeira etapa do planejamento da contratação, nos termos do inciso XX do art. 6º da Lei Federal nº 14.133/2021, caracterizando-se como documento constitutivo da fase de planejamento, destinado a demonstrar o interesse público envolvido, a necessidade da aquisição de equipamentos esportivos lúdicos de condicionamento físico infantil (academia infantil) a identificação da solução mais adequada, servindo de base para a elaboração do Termo de Referência, caso se conclua pela viabilidade da aquisição.

### **3. DA NECESSIDADE E JUSTIFICATIVA**

O **Consórcio AMESP – Associação dos Municípios da Microrregião do Médio Sapucaí**, no exercício das competências que lhe são atribuídas por seu estatuto e pela legislação aplicável aos consórcios públicos, tem por finalidade promover ações integradas destinadas ao atendimento das demandas e prioridades dos municípios consorciados, com vistas ao fortalecimento do desenvolvimento regional.

Nesse contexto, insere-se a realização de estudos técnicos voltados à identificação de problemas comuns, bem como a formulação e condução de procedimentos licitatórios que permitam a otimização de recursos públicos por meio da economia de escala, especialmente para a aquisição de bens e serviços essenciais à

implementação e ao aprimoramento das políticas públicas educacionais.

A presente contratação encontra fundamento na necessidade de:

## **1. Contextualização da Demanda**

Os municípios consorciados ao **Consórcio AMESP** vêm implementando políticas públicas voltadas à melhoria da infraestrutura educacional e ao fortalecimento das práticas pedagógicas que promovam o desenvolvimento integral das crianças. Nesse contexto, a modernização dos espaços educacionais — especialmente aqueles destinados às atividades físicas, recreativas e psicomotoras — tornou-se prioridade.

A aquisição de **equipamentos esportivos lúdicos de condicionamento físico infantil** atende diretamente às necessidades identificadas pelas Secretarias Municipais de Educação, ampliando a oferta de ambientes seguros, inclusivos e estimulantes para o desenvolvimento motor, cognitivo e social das crianças.

## **2. Justificativa Técnica**

### **2.1. Relevância Pedagógica e de Desenvolvimento Infantil**

Os equipamentos lúdicos de condicionamento físico infantil contribuem para:

- Desenvolvimento da coordenação motora ampla e fina;
- Estímulo à socialização e ao trabalho em grupo;
- Promoção da saúde e prevenção do sedentarismo;
- Melhoria da atenção, disciplina e desempenho escolar;
- Inclusão de crianças com diferentes níveis de habilidade;

Esses benefícios estão alinhados às diretrizes da **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**, que prevê o desenvolvimento integral da criança, incluindo aspectos motores, emocionais e sociais.

### **2.2. Modernização dos Espaços Educacionais**

A modernização dos ambientes escolares é uma demanda crescente, especialmente em escolas públicas que buscam:

- Atualizar equipamentos obsoletos;
- Adequar espaços às normas de segurança e acessibilidade;
- Criar ambientes atrativos que favoreçam a permanência e o engajamento dos alunos
- Integrar práticas pedagógicas inovadoras;

Os equipamentos a serem adquiridos são projetados para uso infantil, com materiais

adequados, certificações de segurança e durabilidade compatíveis com o uso contínuo em ambientes escolares.

### 2.3. Padronização e Ganho de Escala

A aquisição compartilhada pelo Consórcio AMESP permite:

- Padronização dos equipamentos entre os municípios;
- Redução de custos unitários por ganho de escala;
- Simplificação dos processos administrativos;
- Maior eficiência logística e de distribuição;
- Atendimento simultâneo e equitativo aos entes consorciados.

## 3. Justificativa Jurídica

### 3.1. Competência do Consórcio Público

A Lei nº **11.107/2005** e o Decreto nº **6.017/2007** autorizam consórcios públicos a realizar licitações compartilhadas para atender seus entes consorciados, especialmente quando:

- Há interesse comum;
- A contratação conjunta gera economia e eficiência;
- A natureza do objeto é compatível com a atuação consorciada;

A aquisição de equipamentos para modernização de espaços educacionais se enquadra plenamente nesses critérios.

### 3.2. Fundamentação na Lei de Licitações

A contratação será realizada conforme a **Lei nº 14.133/2021**, que prevê:

- **Art. 3º** – A busca pela eficiência, economicidade e padronização;
- **Art. 5º** – Planejamento como etapa obrigatória, incluindo justificativa técnica e estudo preliminar;
- **Art. 14** – Possibilidade de contratações centralizadas por entidades como consórcios públicos;
- **Art. 40** – Utilização de registro de preços quando conveniente (se aplicável).

A licitação compartilhada atende ao princípio da economicidade e da eficiência, reduzindo custos e otimizando recursos públicos.

### 3.3. Interesse Público e Finalidade Educacional

A aquisição atende ao interesse público ao:

- Promover políticas de educação integral;
- Garantir ambientes adequados e seguros para crianças;
- Apoiar o desenvolvimento físico e psicossocial;
- Cumprir metas de qualidade da educação previstas em legislações federais e municipais.

#### 4. Conclusão

Diante do exposto, a **aquisição de equipamentos esportivos lúdicos de condicionamento físico infantil**, por meio de **licitação compartilhada realizada pelo Consórcio AMESP**, mostra-se:

- **Tecnicamente necessária**, para modernizar os espaços educacionais e promover o desenvolvimento integral das crianças;
- **Juridicamente amparada**, conforme a legislação vigente sobre consórcios públicos e licitações;
- **Economicamente vantajosa**, pela padronização e ganho de escala;
- **Socialmente relevante**, ao fortalecer políticas públicas de educação e inclusão;

Assim, justifica-se plenamente a abertura do processo licitatório para atender de forma eficiente e integrada os municípios consorciados.

#### 4. DOS REQUISITOS LEGAIS E CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

O presente processo de contratação deverá observar integralmente a Constituição Federal, a Lei Federal nº 14.133/2021, a legislação aplicável ao Pregão Eletrônico, a Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações, bem como toda a legislação correlata pertinente à matéria.

A contratação será realizada por meio de Sistema de Registro de Preços, considerando a natureza recorrente da demanda e a necessidade de fornecimento futuro e parcelado dos objetos, conforme as necessidades dos Municípios consorciados.

Após o levantamento das demandas e diálogo com os setores técnicos envolvidos, entende-se como prazo razoável para o fornecimento dos produtos o período de **até 45 (quarenta e cinco)**, contados a partir do recebimento da Ordem de Fornecimento emitida pelo Município consorciado, prazo este que deverá ser definido

no Termo de Referência, de modo a assegurar ampla competitividade e o adequado atendimento às necessidades administrativas.

Todos os produtos deverão ser fornecidos em perfeitas condições de uso, segurança e funcionalidade, observando rigorosamente as especificações técnicas constantes do Termo de Referência, cabendo à futura contratada a responsabilidade pelo saneamento de quaisquer vícios, defeitos ou irregularidades, mesmo após a entrega, obrigando-se a repará-los ou substituí-los de imediato, quando necessário.

O transporte, a entrega, a montagem, a instalação e quaisquer demais aspectos logísticos relacionados ao fornecimento dos produtos serão de inteira responsabilidade da empresa contratada, devendo ser observadas todas as normas técnicas e de segurança aplicáveis.

A empresa a ser contratada deverá, no que couber, observar critérios de sustentabilidade ambiental, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19 de janeiro de 2010, especialmente quanto à utilização de materiais atóxicos, recicláveis ou de menor impacto ambiental, bem como à adequada embalagem e acondicionamento dos produtos.

De modo a garantir a qualidade, a segurança e a adequação dos produtos ofertados, conforme previsto no art. 42 da Lei nº 14.133/2021, será exigida, no âmbito do certame, a apresentação de documentos técnicos, laudos e certificações, cujas especificações e justificativas serão detalhadas no Termo de Referência, observadas as normas técnicas aplicáveis e a pertinência com o objeto contratado.

Havendo divergência entre as descrições constantes do Termo de Referência e aquelas eventualmente inseridas no sistema da plataforma de compras utilizada, prevalecerá o disposto no Termo de Referência.

A vigência da Ata de Registro de Preços será de 01 (um) ano, podendo ser prorrogada nos termos da legislação vigente, desde que comprovada sua vantajosidade para a Administração e mantidas as condições de qualidade e eficiência no fornecimento dos produtos.

## **5. DA APLICABILIDADE DAS NORMAS TÉCNICA**

Os requisitos específicos relativos a cada item objeto da contratação serão detalhados no Termo de Referência a ser oportunamente elaborado, em estrita observância às disposições da Lei nº 14.133/2021, bem como às diretrizes de sustentabilidade

ambiental aplicáveis. O referido documento também contemplará critérios e ações voltados à promoção de práticas ambientais e socioambientais, assegurando a incorporação de requisitos de sustentabilidade nos procedimentos licitatórios conduzidos pela AMESP.

Para as contratações que envolvam a aquisição de bens, recomenda-se que os licitantes — fabricantes e/ou fornecedores — atendam, conforme a natureza do objeto, aos seguintes critérios de sustentabilidade ambiental:

1. **Composição dos materiais:** que os bens sejam produzidos, total ou parcialmente, com materiais reciclados, atóxicos ou biodegradáveis, em conformidade com as normas ABNT NBR 15448-1 e ABNT NBR 15448-2.
2. **Certificação ambiental:** que sejam observados os requisitos necessários à obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO), especialmente no que se refere à classificação dos produtos como sustentáveis ou de menor impacto ambiental quando comparados a seus equivalentes.
3. **Embalagens sustentáveis:** que os bens sejam acondicionados, preferencialmente, em embalagens individuais adequadas, com o menor volume possível, confeccionadas com materiais recicláveis e/ou que permitam reciclagem, garantindo proteção adequada durante o transporte e o armazenamento.
4. **Substâncias perigosas:** que os bens não contenham substâncias perigosas em concentrações superiores aos limites estabelecidos pela Diretiva RoHS (Restriction of Hazardous Substances), incluindo, mas não se limitando a: mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs) e éteres difenil-polibromados (PBDEs).
5. **Normas técnicas e de segurança:** atendimento às normas regulamentadoras aplicáveis, especialmente a NR 17 (Ergonomia), bem como às normas técnicas da ABNT pertinentes ao objeto.
6. **Garantia:** oferta de garantia mínima de 3 (três) anos contra defeitos de fabricação.
7. **Conformidade técnica:** apresentação de certificações de conformidade emitidas por Organismo de Certificação de Produto (OCP) acreditado pelo INMETRO.
8. **Amostras:** fornecimento de amostras, quando solicitado pela Administração, para fins de verificação de conformidade técnica com as especificações do edital.
9. **Durabilidade e acabamento:** fornecimento de produtos fabricados com materiais de alta durabilidade e acabamento compatível com o padrão de cores e características definidas pela Administração.

## 6. DO ENQUADRAMENTO DO OBJETO



A contratação pretendida enquadra-se na categoria de bens comuns, nos termos da Lei nº 14.133/2021, uma vez que os produtos que compõem os itens de **equipamentos esportivos lúdicos de condicionamento físico infantil**, possuem padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos no edital, por meio de especificações usuais de mercado e normas técnicas reconhecidas.

## 7. DO QUANTITATIVO LICITADO

Para a definição dos quantitativos dos itens de **equipamentos esportivos lúdicos de condicionamento físico infantil** estimadas, foi considerado o número de escolas e ou unidades de ensino municipais ativas de acordo com a página do INEP – INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS “Anísio Teixeira” disponível em <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-infomacao/dados-abertos/inep-data/catalogo-d-escolas> (a consulta foi realizada em **25/03/2026**).

O estudo técnico concluiu que cada município poderá adquirir duas academias, em cada unidade de ensino, de acordo com às necessidades pedagógicas e estruturais locais. Dessa forma, cada escola poderá ser contemplada com aquisição dos itens de **equipamentos esportivos lúdicos de condicionamento físico infantil**, observados os critérios técnicos e administrativos pertinentes.

Ressalta-se ainda que o objeto está sendo licitado por meio do Sistema de Registro de Preços – SRP, procedimento auxiliar que se distingue da licitação convencional, especialmente pela ausência de obrigatoriedade de execução integral do quantitativo estimado, inexistência de cronograma pré-definido de desembolso e pela impossibilidade prática de definição precisa, no momento da licitação, das quantidades efetivamente a serem demandadas por cada Município consorciado.

Nesse contexto, a contratação decorrente do SRP não se configura como obrigatória, efetivando-se apenas à medida que as necessidades administrativas forem sendo formalmente identificadas e que houver disponibilidade orçamentária, possibilitando-se acionamentos futuros, parcelados e eventuais, durante a vigência da respectiva Ata de Registro de Preços.

Os artigos 82, inciso I, e 83, ambos da Lei nº 14.133/2021, corroboram tal entendimento ao estabelecerem que o edital deverá prever a quantidade máxima passível de contratação e que a existência de preços registrados não obriga a Administração a contratar, conforme transcrição a seguir:

*Art. 82. O edital de licitação para registro de preços observará as regras gerais desta Lei e deverá dispor sobre:*

*I – as especificidades da licitação e de seu objeto, inclusive a quantidade máxima de cada item que **poderá ser adquirida**;*

*Art. 83. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas **não obrigará a Administração a contratar**, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada. (Grifos nossos).*

De igual modo, o Decreto Federal nº 11.462/2023, que regulamenta o Sistema de Registro de Preços, apresenta rol exemplificativo das hipóteses de adoção do SRP, merecendo destaque os incisos III e V do artigo 3º, plenamente aplicáveis ao presente caso:

*Art. 3º O SRP poderá ser adotado quando a Administração julgar pertinente, em especial:*

*I - quando, pelas características do objeto, houver necessidade de **contratações permanentes ou frequentes**;*

*II - quando for conveniente a aquisição de bens com **previsão de entregas parceladas** ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida, como quantidade de horas de serviço, postos de trabalho ou em regime de tarefa;*

*III – quando for conveniente para **atendimento a mais de um órgão ou a mais de uma entidade**, inclusive nas compras centralizadas;*

*IV - quando for atender a execução descentralizada de programa ou projeto federal, por meio de compra nacional ou da adesão de que trata o § 2º do art. 32; ou*



***V – quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração. (Grifos nossos).***

A doutrina especializada também reconhece que, no âmbito do Sistema de Registro de Preços, a Administração Pública não assume obrigação imediata de contratação, limitando-se a estabelecer um quantitativo máximo, que funciona como teto para futuras aquisições, conforme leciona Joel de Menezes Niebuhr:

*A principal característica do registro de preços é que a Administração realiza a licitação, assina a ata de registro de preços e não se obriga a firmar os contratos dela decorrentes. [...] O quantitativo fixado na ata de registro de preços deve ser compreendido apenas como um limite máximo para as contratações. (NIEBUHR, Joel de Menezes. Licitação Pública e Contrato Administrativo, 5ª ed., Belo Horizonte: Fórum, 2022).*

Destaca-se, ainda, que a estimativa concreta das quantidades efetivamente a serem contratadas, acompanhada das respectivas memórias de cálculo e documentos de suporte, somente poderá ser definida após a validação das demandas específicas de cada Município consorciado, circunstância que inviabiliza a fixação prévia de quantitativos exatos no momento da elaboração do presente Estudo Técnico Preliminar.

Tal impossibilidade prática encontra respaldo no artigo 22, §1º, da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro – LINDB, que determina a consideração dos obstáculos e das circunstâncias reais enfrentadas pelo gestor público no exercício de suas atribuições:

***Art. 22. Na interpretação de normas sobre gestão pública, serão considerados os **obstáculos** e as **dificuldades reais do gestor** e as exigências das políticas públicas a seu cargo.***

***§1º. Em decisão sobre regularidade de conduta ou validade de ato administrativo, serão consideradas as **circunstâncias práticas** que houverem imposto, limitado ou condicionado a ação do agente. (Grifos nossos)***

Dessa forma, considerando as particularidades inerentes ao Sistema de Registro de Preços, a diversidade dos Municípios consorciados e a natureza especializada do objeto, os quantitativos estimados foram definidos de maneira razoável, clara e suficiente, observando-se dados percentuais, projeções de demanda e informações disponíveis em contratações similares, atendendo ao disposto no artigo 18, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

Por conseguinte, de forma razoável, o objeto foi definido de maneira precisa, suficiente e clara, considerando critérios técnicos compatíveis com a realidade dos Municípios consorciados, tais como dados disponibilizados no site do IBGE (disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/> pesquisado em 25/03/2026), demandas informadas pelos entes participantes, parâmetros de atendimento relacionados às políticas públicas de inclusão e as particularidades inerentes ao Sistema de Registro de Preços, observada a organização do objeto em lote único.

No mais, não se identificou contratação correlata ou interdependente que inviabilize ou interfira na presente contratação, tendo a pesquisa de mercado sido realizada com base nos itens do lote definido para o certame, sendo juntadas a este Estudo Técnico Preliminar as respectivas memórias de cálculo e referências de preços obtidas, em atendimento ao disposto no artigo 18, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

## **8. DA JUSTIFICATIVA TÉCNICA PARA A EXIGÊNCIA DOS LAUDOS**

A legislação aplicável confere à Administração Pública a prerrogativa de definir, no âmbito dos procedimentos licitatórios, requisitos técnicos indispensáveis à adequada caracterização do objeto e à verificação de sua qualidade, segurança, desempenho e conformidade, desde que tais exigências observem os princípios da pertinência, proporcionalidade e vinculação ao objeto, nos termos do art. 42, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

No caso em exame, a exigência de apresentação de laudos técnicos, relatórios de ensaio, certificados de conformidade e demais documentos comprobatórios não se reveste de formalismo excessivo, tampouco constitui restrição indevida à competitividade. Ao contrário, decorre diretamente da natureza do objeto licitado e do público-alvo a ser atendido, considerando que os produtos a serem fornecidos destinam-se, primordialmente, ao uso contínuo por crianças em ambiente educacional.

Trata-se de itens que pressupõem contato físico direto e prolongado, impondo à Administração o dever de assegurar elevados padrões de segurança, ergonomia,

salubridade, durabilidade e funcionalidade, de modo a mitigar riscos de ordem física, química, estrutural ou sensorial aos usuários, em observância aos princípios da precaução, da eficiência e da proteção integral.

Diante desse contexto, a Administração concluiu pela necessidade e indispensabilidade da comprovação técnica das características dos produtos ofertados, razão pela qual, neste certame, a apresentação dos documentos e laudos especificados no Termo de Referência constitui condição obrigatória de habilitação ou de aceitabilidade da proposta, conforme o caso. A ausência desses documentos, ou sua apresentação em desconformidade com as exigências estabelecidas, inviabiliza a aferição da conformidade do objeto com os requisitos técnicos mínimos definidos, acarretando, portanto, a desclassificação da licitante, em estrita observância ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório.

## **9. DA ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

O valor estimado da presente contratação é de **R\$ 21.649.583,32 (vinte e um milhões seiscentos e quarenta e nove mil quinhentos e oitenta e três reais e trinta e dois centavos)**.

A estimativa de custos foi elaborada com base em **pesquisa de mercado de abrangência nacional**, contemplando fornecedores especializados no segmento de material educacional permanente compreendendo o **kit de equipamentos esportivos lúdicos de condicionamento físico infantil**. O levantamento considerou **preços compatíveis com as especificações técnicas**, os quantitativos previstos e as **condições de fornecimento** exigidas, de modo a assegurar a fidedignidade dos valores apurados.

Foram adotados ainda **parâmetros de referência extraídos do Portal Nacional de Compras Públicas (PNCP)**, com o objetivo de assegurar a **observância dos princípios da economicidade, da razoabilidade, da eficiência e da compatibilidade com os preços usualmente praticados pela Administração Pública**, em conformidade com o disposto na Lei nº 14.133/2021. As consultas foram realizadas em **25/03/2026**, conforme demonstrado nos registros a seguir:

<https://pncp.gov.br/app/editais/04611637000175/2025/4>

<https://pncp.gov.br/app/atas/46522942000130/2025/328/3>

<https://pncp.gov.br/app/atas/18241349000180/2026/29/13>

Os valores unitários coletados foram consolidados por meio da média aritmética, agrupando o objeto em lote, resultando nos valores estimados constantes na tabela a seguir:

ITEM	DESCRIPTIVO	UND	QUANT	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
01	EQUIPAMENTOS ESPORTIVOS LÚDICOS DE CONDICIONAMENTO FÍSICO INFANTIL.	KIT	502	R\$ 43.126,66	R\$ 21.649.583,32

#### 10. DA JUSTIFICATIVA PARA A DIVISÃO DO OBJETO EM LOTE

A opção pela divisão do objeto em lote decorre, primordialmente, da natureza da solução a ser contratada, a qual não se limita ao fornecimento isolado de itens, mas à implantação de ambientes educacionais, concebidos como conjuntos funcionais, padronizados e interdependentes.

O objeto licitado compreende a composição de itens educacionais, que juntas compõem uma academia infantil integrada, concebidos para atuar de forma conjunta, com coerência estética, funcional e pedagógica, podendo ser tecnicamente fragmentada em itens avulsos.

A divisão por lote, nesse contexto, permite preservar a uniformidade conceitual dentro de cada ambiente e, simultaneamente, assegurar a padronização entre os diferentes ambientes, independentemente de suas dimensões. A contratação de fornecedores distintos para itens isolados poderia comprometer a identidade visual, a compatibilidade dimensional, a harmonia cromática, a integração dos materiais e a funcionalidade do conjunto, descaracterizando a solução originalmente planejada.

Do ponto de vista técnico, os itens que compõem o lote apresentam interdependência e acessoriedade, formando um sistema integrado. O fracionamento excessivo do objeto implicaria risco concreto à execução satisfatória da solução, com potencial prejuízo à eficiência, à padronização e ao desempenho dos ambientes, em afronta ao disposto no artigo 40, §3º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, que veda o parcelamento quando o objeto configurar sistema único e integrado.

Sob o aspecto econômico, a contratação por lote favorece a economia de escala, reduzindo custos de produção, logística, gerenciamento e assistência técnica, especialmente considerando que o fornecimento ocorrerá de forma simultânea em 27 (vinte e sete) municípios distintos. A pulverização do objeto resultaria na multiplicação de contratos, aumento dos custos administrativos e maior complexidade na fiscalização, sem que houvesse vantagem econômica proporcional para a Administração.

Esse entendimento encontra respaldo no artigo 40, §3º, inciso I, e no artigo 47, §1º, incisos I e II, da Lei nº 14.133/2021, bem como na Súmula nº 114 do Tribunal de Contas, que condiciona o parcelamento à efetiva vantagem para a Administração, sem prejuízo da economia de escala e da gestão contratual.

A jurisprudência dos Tribunais de Contas tem reiteradamente reconhecido a legitimidade do agrupamento de itens quando demonstrada a vinculação lógica e funcional entre os componentes da solução, inexistindo restrição indevida à competitividade. Nesse sentido, é pacífico o entendimento de que o parcelamento não deve ser adotado quando puder descaracterizar o objeto ou comprometer sua execução integrada.

A doutrina especializada igualmente reforça que o parcelamento deve respeitar a integridade qualitativa do objeto, sendo vedada a fragmentação que inviabilize ou dificulte a execução satisfatória da solução, especialmente quando se tratar de sistema integrado ou quando houver risco de perda de economia de escala e elevação dos custos globais da contratação, conforme leciona Marçal Justen Filho.

Registre-se, ainda, que a adoção da Ata de Registro de Preços mitiga eventuais preocupações quanto à obrigatoriedade de aquisição integral dos lotes, uma vez que a Administração poderá demandar apenas os itens efetivamente necessários, preservando a flexibilidade do fornecimento sem prejuízo do modelo adotado.

Diante do exposto, resta plenamente justificada a divisão do objeto em lote, como medida técnica, econômica e administrativa adequada à natureza da solução pretendida, assegurando padronização, eficiência, economicidade e segurança jurídica à contratação.

## **11. DA NECESSIDADE TÉCNICA PARA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO**

A análise da contratação indica que não há necessidade de apoio técnico externo para a fiscalização e gestão do futuro contrato. As atividades de

acompanhamento poderão ser desempenhadas por servidores formalmente designados pelas secretarias requisitantes de cada Município consorciado.

Ressalta-se, contudo, a importância de que os agentes designados possuam conhecimento técnico compatível com o objeto, de modo a verificar o atendimento às especificações, prazos, quantitativos e padrões de qualidade estabelecidos, assegurando a correta execução contratual.

## **12. DO DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS**

Com a formalização da presente contratação, pretende-se assegurar a aquisição de **equipamentos esportivos lúdicos de condicionamento físico infantil** permanente aos Municípios Consorciados à AMESP de forma padronizada, eficiente e economicamente vantajosa.

Os resultados esperados incluem a obtenção de itens com maior qualidade construtiva, melhor adequação funcional aos ambientes administrativos, otimização dos recursos públicos por meio da economia de escala e maior agilidade no atendimento das demandas, em conformidade com os princípios da eficiência, do planejamento e da boa gestão pública.

“Tabela contendo a matriz de riscos, conforme detalhado no Documento de Formalização de Demandas (DFD).”

## **13. DA DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO**

Com base nos estudos técnicos preliminares realizados e nas consultas efetuadas junto ao mercado, constata-se a viabilidade técnica, econômica e operacional da contratação destinada à aquisição de **equipamentos esportivos lúdicos de condicionamento físico infantil** planejados e integrados.

A solução proposta atende às necessidades identificadas pelos Municípios consorciados à AMESP, considerando a utilização contínua dos ambientes, a necessidade de padronização conceitual, funcional e estética, bem como a adequação dos materiais às condições de uso intensivo em espaços coletivos. Os ambientes foram concebidos como soluções integradas, nas quais os itens que os compõem atuam de forma complementar, exigindo compatibilidade dimensional, construtiva e funcional.

A contratação possibilitará a criação de espaços educacionais adequados, integração e desenvolvimento de atividades específicas, contribuindo para a



qualificação dos ambientes públicos, a melhoria das condições de atendimento aos usuários e o fortalecimento das políticas públicas desenvolvidas nos Municípios consorciados.

Diante desse cenário, conclui-se pela viabilidade da contratação, recomendando-se a abertura de procedimento licitatório, no âmbito do Consórcio AMESP, visando à contratação de empresa especializada para o fornecimento de **equipamentos esportivos lúdicos de condicionamento físico infantil** nos Municípios integrantes da Associação dos Municípios da Microrregião do Médio Sapucaí – AMESP.

Pouso Alegre/MG, aos 28 de abril de 2026.



**Moacir Franco**

**DIRETOR EXECUTIVO**

**AMESP**